

Coleção UAB-UFSCar

Pedagogia

Amarilio Ferreira Jr.

História da Educação Brasileira

da Colônia ao século XX

História da Educação Brasileira

da Colônia ao século XX

**Reitor**

Targino de Araújo Filho

Vice-Reitor

Pedro Manoel Galetti Junior

Pró-Reitora de Graduação

Emília Freitas de Lima

**Secretária de Educação a Distância - SEaD**

Aline Maria de Medeiros Rodrigues Reali

Coordenação UAB-UFSCar

Claudia Raimundo Reyes

Daniel Mill

Denise Abreu-e-Lima

Joice Otsuka

Marcia Rozenfeld G. de Oliveira

Sandra Abib

Coordenadora do Curso de Pedagogia

Maria Iolanda Monteiro

**EdUFSCar****Conselho Editorial**

José Eduardo dos Santos

José Renato Coury

Nivaldo Nale

Paulo Reali Nunes

Oswaldo Mário Serra Truzzi (Presidente)

Secretária Executiva

Fernanda do Nascimento

UAB-UFSCar

Universidade Federal de São Carlos

Rodovia Washington Luís, km 235

13565-905 - São Carlos, SP, Brasil

Telefax (16) 3351-8420

www.uab.ufscar.br

uab@ufscar.br

EdUFSCar

Universidade Federal de São Carlos

Rodovia Washington Luís, km 235

13565-905 - São Carlos, SP, Brasil

Telefax (16) 3351-8137

www.editora.ufscar.br

edufscar@ufscar.br

Amarilio Ferreira Jr.

História da Educação Brasileira

da Colônia ao século XX

São Carlos



EdUFSCar
2010

© 2010, Amarilio Ferreira Jr.

Concepção Pedagógica

Daniel Mill

Supervisão

Douglas Henrique Perez Pino

Equipe de Revisão Linguística

Ana Luiza Menezes Baldin

Clarissa Neves Conti

Daniela Silva Guanais Costa

Francimeire Leme Coelho

Jorge Ialanji Filholini

Letícia Moreira Clares

Luciana Rugoni Sousa

Paula Sayuri Yanagiwara

Sara Naime Vidal Vital

Equipe de Editoração Eletrônica

Christhiano Henrique Menezes de Ávila Peres

Izis Cavalcanti

Rodrigo Rosalis da Silva

Equipe de Ilustração

Jorge Luís Alves de Oliveira

Lígia Borba Cerqueira de Oliveira

Priscila Martins de Alexandre

Capa e Projeto Gráfico

Luís Gustavo Sousa Sguissardi

Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da Biblioteca Comunitária da UFSCar

F383h	Ferreira Jr., Amarilio. História da Educação Brasileira : da Colônia ao século XX / Amarilio Ferreira Jr. -- São Carlos : EdUFSCar, 2010. 123 p. -- (Coleção UAB-UFSCar).
	ISBN – 978-85-7600-220-8
	1. Educação - história. 2. Brasil – educação - história - período colonial, 1500-1822. 3. Brasil – educação - história - império, 1822-1889. 4. Brasil – educação - história - república. I. Título.
	CDD – 370.9 (20ª) CDU – 37 (81) (091)

..... SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
---------------------------	---

INTRODUÇÃO	13
-------------------------	----

UNIDADE 1: Educação Brasileira na Colônia e no Império – 1549-1889

1.1 Primeiras palavras	17
------------------------------	----

1.2 Problematizando o tema	18
----------------------------------	----

1.3 Colonização e educação nos séculos XVI, XVII e XVIII	19
--	----

1.3.1 A educação jesuítica	19
----------------------------------	----

1.3.2 As reformas pombalinas	27
------------------------------------	----

1.4 Elitismo, escravidão e educação no século XIX	33
---	----

1.4.1 A formação dos quadros políticos e intelectuais	33
---	----

1.4.2 A educação primária e o Colégio D. Pedro II	38
---	----

1.5 Considerações finais	45
--------------------------------	----

1.6 Estudos complementares	47
----------------------------------	----

1.6.1 Saiba mais	47
------------------------	----

UNIDADE 2: Educação Brasileira na República – 1889-1945

2.1 Primeiras palavras	51
------------------------------	----

2.2 Problematizando o tema	52
----------------------------------	----

2.3 A influência da Escola Nova e as reformas educacionais no início do século XX	53
--	----

2.3.1 A educação pública brasileira nas primeiras décadas da República	53
2.3.2 A criação da Associação Brasileira de Educação	57
2.4 O Estado nacional e a educação após 1930	61
2.4.1 Revolução burguesa autocrática e educação	61
2.4.2 O Manifesto dos Pioneiros (1932)	70
2.4.3 O Estado Novo (1937-1945) e as Reformas Capanema (1942-1946)	71
2.5 Considerações finais	78
2.6 Estudos complementares	81
2.6.1 Saiba mais	81

UNIDADE 3: Educação Brasileira na República – 1945-2000

3.1 Primeiras palavras	85
3.2 Problematizando o tema	86
3.3 O nacional-populismo e a educação	87
3.3.1 As disputas ideológicas e o Projeto de LDB (1948-1961)	87
3.3.2 O movimento de educação popular e o método de alfabetização de adultos de Paulo Freire	91
3.4 A ditadura militar e o pensamento tecnocrático na educação	95
3.4.1 Golpe militar de 1964, tecnocracia e educação	95
3.4.2 As reformas educacionais da ditadura militar	98
3.4.3 Movimento estudantil e luta armada no contexto da ditadura militar	101

3.5 A educação após a ditadura militar	104
3.5.1 As lutas contra a ditadura militar e pela democratização da educação.....	104
3.5.2 As reformas neoliberais e a educação.....	107
3.6 Considerações finais.....	110
3.7 Estudos complementares	114
3.7.1 Saiba mais	114
REFERÊNCIAS.....	117

APRESENTAÇÃO

Prefaciар este livro didático de Amarilio Ferreira Jr. é um ato bastante significativo para mim, pois vejo nele o resultado de uma experiência didática comum que temos desenvolvido na Universidade Federal de São Carlos desde 1994, com as disciplinas de História da Educação. Essa experiência cotidiana na sala de aula vinha despertando em nós, já há algum tempo, o desejo de escrever um livro didático, o que agora a UAB torna possível para Amarilio, adiantando nossos planos que aguardavam uma chance de concretização.

De minha parte, há vários anos venho me dedicando ao estudo e ao ensino da História da Educação Brasileira na Universidade Federal de São Carlos, mas todas as vezes que preparo uma aula, ministro uma palestra ou escrevo um texto sobre ela, voltam à minha mente as reflexões sobre os caminhos, as opções e as políticas que vêm marcando a trajetória iniciada no distante século XVI. Foi então que aqui aportaram os colonizadores portugueses e os jesuítas. Até mesmo a menção a esse século sempre me leva a pensar, inicialmente, que os povos que habitavam as terras brasileiras, como, aliás, todos os povos de qualquer época e lugar da História, praticavam e praticam alguma forma de educação que começa sempre no âmbito familiar, o que implica em dizer que educação não é exatamente o mesmo que escola. Assim, se demarcamos o século XVI como ponto de partida da História da Educação Brasileira, é preciso que essa ressalva seja feita logo de início.

Estudar um período de longa duração, como é o caso da proposta deste livro escrito por Amarilio Ferreira Jr., exige a demarcação de um fio condutor, um eixo interpretativo que possa se constituir em elo entre os vários assuntos, temas ou unidades abrangidos pela obra. Assim, obviamente, não se trata de escolha aleatória, ao bel prazer de cada um, mas de uma proposição interpretativa, um ponto de vista fundamentado sobre a matéria em questão. Coerente com a sua concepção de História e com a interpretação que faz sobre a formação da sociedade brasileira, Amarilio Ferreira Jr. elegeu como fio condutor da História da Educação Brasileira o binômio “elitismo e exclusão”.

Para o autor, desde que o Brasil é Brasil, tivemos escolas, mas não para todos. A sua proposta de estudo, portanto, é compreender como e por que a escola no Brasil, historicamente, foi privilégio de poucos. Ao eleger esses dois termos como parâmetros para o estudo da educação brasileira, o autor estabelece uma crítica às elites brasileiras, cuja ação política não levou em conta a importância da educação para todos como elemento constitutivo do próprio Estado nacional. Ou seja, além de ter sido tardia a formação do Estado nacional brasileiro, mais tardio ainda foi o começo da instauração de uma escola para todos, tarefa inconclusa

até este começo de século XXI. Para Amarílio, entretanto, isso não significa que as classes populares tivessem se omitido na luta por esse direito; ao contrário, o seu texto mostra que elas, desde cedo, reivindicaram escola. A “exclusão”, portanto, não pode ser compreendida como uma espécie de anulação, por parte das elites, da capacidade de ação das camadas populares, como se tal imposição fosse possível. Aprendemos, pelo contrário, que por mais limitadas que sejam as possibilidades de lutas e conquistas, elas sempre têm lugar na História. E isso não foi diferente no Brasil, embora, pela sua formação histórica, que nos legou 350 anos de escravidão seguidos por quase 70 de regime monárquico (1822-1889), o nosso País tenha sido palco dessas lutas somente na época republicana.

Em seu livro, contudo, Amarílio não se prende à República. Para nos possibilitar a compreensão de como chegamos a ela no tocante à escolaridade, ele nos conduz primeiro à Colônia e, depois, ao Império, colocando-nos em contato com as experiências escolares que ele denomina de “boas escolas para poucos”. É assim que nos vemos em longínquas praias baianas, em 1549, quando aportaram em terras brasílicas os primeiros padres jesuítas que iniciariam a catequese e que fizeram da educação uma forma de aculturação aos valores cristãos. As páginas iniciais do seu livro nos permitem imaginar o primeiro mestre-escola, Antônio Rijo, ensinando o bê-á-bá aos índios, prática que, depois, se dirigiu às crianças, uma vez que por meio delas os jesuítas esperavam alcançar o coração dos pais, ou seja, catequizando as crianças seria mais fácil conquistar os adultos, segundo entendiam os missionários da Companhia de Jesus. Essas páginas nos lembram das palavras de Darcy Ribeiro ao analisar o enfrentamento de dois mundos tão distintos, o europeu e o índio, e suas visões opostas da vida: “Suas concepções, não só diferentes, mas opostas, do mundo, da vida, da morte, do amor, se chocaram cruamente” (RIBEIRO, 1995, p. 44).

Parece-nos que a dualidade ali estabelecida entre os dois mundos veio marcando a nossa formação socioeconômica ao longo dos séculos, em cada época como sujeitos históricos distintos. Saímos da Colônia, mas não ingressamos na República: tivemos de pagar um “pedágio” com a inauguração do Império, que não pôs fim à escravidão, tampouco aos demais traços estruturais que marcavam a nossa formação histórica: latifúndio e monocultura. A vida social, moldada por essas características econômicas, também não podia deixar de ser dual, e a escola refletia isso de forma clara: de um lado a educação das elites, evidenciada, principalmente, na formação de bacharéis, futuros dirigentes políticos do País; de outro, a escola elementar para poucos, que não abrangia o grande contingente de escravos e de brancos pobres. Como não lembrar das cartas da preceptora alemã Ina von Binzer, que de 1881 a 1883 esteve educando os filhos da aristocracia agrária em São Paulo e Rio de Janeiro? Ela fez observações perspicazes sobre o ensino superficial, o “verniz cultural” e o “talento declamatório” dos jovens

dessa classe que “dariam ótimos advogados”, por serem “oradores natos” e se darem ao prazer de fazer discursos retóricos desprovidos de significação. Enquanto nos descreve o cotidiano cru dos escravos, nos faz pensar sobre o papel da escola durante o século XIX no Brasil. Basta atentarmos para os números: segundo Otaíza Romanelli (1986), em 1888 havia 250 mil alunos na escola primária para uma população de 14 milhões de habitantes!

Depois veio a República, mas não a *res publica* (coisa pública), pois a marca do elitismo ingressou na escola republicana até quase o final do século XX, tanto é assim que Anísio Teixeira (1977) designou de “doutorezinhos” aqueles que conseguiam concluir as quatro séries do ensino primário nas décadas de 1940 e 1950. Não por outra razão, já em 1961, Paulo Freire (1921-1997) escrevia que a escola primária brasileira não era elitista apenas pelo contingente que abrangia, mas também pelo conteúdo que veiculava. A taxa de quase 40% de analfabetismo em 1960 o levou a elaborar o método que lhe traria consagração, tornando-o o educador mais importante do Brasil. Alfabetizar e conscientizar eram dois termos inseparáveis na sua concepção de educação como prática da liberdade, e só adquiriram o sentido profundo que o autor lhes deu devido às condições históricas em que o seu método nasceu. Apesar de seu alcance internacional, trata-se, contudo, de um método genuinamente nascido das condições brasileiras. Mas o golpe militar impediu sua concretização. E foi exatamente no período da ditadura que a escola pública, conforme mostra Amarílio Ferreira Jr., começou a se expandir. A partir de 1971, a duplicação da obrigatoriedade escolar para crianças de 7 a 14 anos, sob o autoritarismo, veio acompanhada daquilo que o autor classifica de quantidade com baixa qualidade, transferindo para o momento atual o desafio da conquista da qualidade, isto é, de uma escola que transmita a todas as crianças e jovens o conhecimento historicamente acumulado pela humanidade.

Preocupado em acompanhar os momentos mais significativos da construção de uma escola pública no Brasil, Amarílio Ferreira Jr. nos indica os momentos mais visíveis dessa trajetória, destacando o Manifesto de 1932, que propôs uma escola pública, laica, universal e gratuita de período integral para todas as crianças de 7 a 15 anos de idade. Em seguida, ele enfatiza as lutas ocorridas no final da década de 1970, em plena ditadura militar, pela democratização da escola pública em vários estados brasileiros. Mas também podemos entrever o interesse pela escola pública em outros momentos menos datados, como na reivindicação dos imigrantes europeus de tendência socialista ou anarquista nas primeiras décadas do século XX. Enfim, não foi outra a intenção do autor senão a de apresentar aos leitores, de forma didática, a História da Educação Brasileira por meio da contradição fundamental que pautou a própria formação da nossa sociedade. Concordando com a interpretação de Florestan Fernandes, ele realça aqui que a “revolução burguesa” no Brasil ocorreu de cima para baixo, instituindo

a modernização, de forma autoritária, ou, nas palavras do autor, a modernização conservadora. Esse processo trouxe progresso material, mas conservou e até aprofundou desigualdades. E para Amarílio, não é possível compreender a história da educação brasileira sem considerar esses traços estruturais da nossa formação socioeconômica. Talvez tenha sido essa sua grande preocupação ao escrever este livro, pois sua determinação maior, como professor, nunca foi outra senão a de se empenhar incansavelmente, fazendo da sala de aula um espaço de genuíno aprendizado, de questionamento, de polêmica, um espaço, enfim, para se exercer a crítica ao capitalismo. Por isso, acredito que com este texto, os leitores ganham a oportunidade de um estudo crítico sobre a História da Educação Brasileira e de uma interlocução viva e constante sobre o Brasil que, com certeza, se estabelecerá entre eles e o autor.

Marisa Bittar

São Carlos, 1º de setembro de 2008.